

# A FEIRA E O DÍPTERO

Mauro Santayana

O presidente da República acaba de adotar a divisa do general Figueiredo: "Vergonha é perder eleição". Para ganhá-la, vale tudo. A sede do governo é uma feira, em que tudo se compra e tudo se troca. Jornais respeitáveis descrevem, com minúcias a intromissão do chefe de governo nos assuntos internos do PMDB, no esforço inútil para afastar o sr. Itamar Franco da disputa eleitoral.

Fernando Henrique dá alguma coisa agora e promete mais para o futuro. Mas se enrosca na própria espartezza. Para conseguir a adesão de um, terá que dispensar a adesão de outros. Segundo os jornais, ele prometeu alhear-se da disputa sucessória em Santa Catarina. O que dirão disso Amim e Bornhausen? O seu encontro com Maluf lhe dará mais do que perderá com Covas e os tucanos paulistas? Na Paraíba, os arranjos podem assegurar a fidelidade do governador, mas, e o resto do PMDB? Como ficará em Minas? E os problemas econômicos?

Esse é o labirinto em que o governo se meteu, empurrado pela ambição, pela incompetência, pela falta de patriotismo. O Plano Real está fazendo água, não porque tenha sido um erro como instrumento de política econômica, mas por se ter transformado em instrumento de economia eleitoral. Logo que assumiram o governo, o presidente e seu pequeno grupo decidiram que, para tão excelsos duques, um mandato era escassa honra. Era preciso garantir, desde logo, o contínuismo, que lhes fora sugerido pelos aliados externos. Se, conforme Danton, na revolução "il faut d'audace, et toujours d'audace et encore d'audace", na contra-revolução, porque de outra contra-revolução se trata, a audácia é substituída pelo atrevimento e pelo desaforo. Foi como desaforo que os homens públicos sensatos receberam a iniciativa do sr. Mendonça Neto, de propor a emenda da reeleição do atual presidente. Conforme indimentada denúncia, a maioria para aprová-la foi garantida mediante o pagamento mínimo de US\$ 200 mil por voto. Ao impedir a CPI sobre o assunto, o governo evitou que a votação fosse anulada. Mais uma vez, neste governo, a truculência venceu a ética.

O que parecia ser ousada iniciativa do deputado pernambucano não passava de um bill redigido pelo novos legisladores do mundo, reunidos no FMI, em Washington, a fim de assegurar, na América Latina, a continuidade de governos dispostos a aceitar a restauração do velho colonialismo. O texto da emenda da reeleição, como o da lei das patentes, foi redigido em outro idioma, e traduzido para que o sr. Neto o apresentasse ao Congresso. Para se dar conta disso, basta compará-lo aos que foram aprovados, para o mesmo fim, pelos



Ilustração: Oscar

parlamentos do Peru e da Argentina.

Ao subordinar toda a ação do governo ao propósito continuísta, o presidente comprometeu o futuro da nação. Nem mesmo o sr. Delfim Moreira, se o sr. Afrânio de Melo Franco não houvesse exercido sobre ele a curatela alvadora, teria cometido tantos desatinos. Para não perder a confiança dos malchamados "investidores" estrangeiros, nem o votos do lumpenproletariat, o governo deixou de tomar, embora advertido, as medidas adequadas no tempo certo. E a que ponto chegaram as coisas?

Os passivos externos de curto prazo, conforme os dados do Banco Central, analisados pelo economista Paulo Nogueira Baptista Jr., superaram, em muito, as reservas, atingindo a soma assustadora de US\$ 60 bilhões no final do ano passado. A esses compromissos bancários urgentes no Exterior, somam-se US\$ 17 bilhões de amortização da dívida externa consolidada, que devem ser pagos ainda este ano. E mais: há o déficit em conta-corrente, registrado no ano passado, da ordem de US\$ 34 bi-

lhões. O rombo, que deve ser coberto já, chega a US\$ 111 bilhões. De onde tirá-los, senão da alienação dos bens históricos do Brasil e do patrimônio construído ao longo do últimos 498 anos?

O dinheiro continua entrando no Brasil, a curto prazo, pela singela razão de que muita gente ganha na chamada "arbitragem" (diferença entre os juros que se pagam lá fora e o juros que se obtêm aqui, na compra de títulos do governo). Para que se entenda a tramóia: os aplicadores, no exterior, se satisfazem com juros de 7% a 8% ao ano. Bancos brasileiros, associados a instituições estrangeiras, captam o dinheiro a esse custo e o aplicam, na compra de títulos, com o rendimento de 15% a 18% ao ano, dependendo do prazo de vencimento. A diferença, de 8% a 10% sobre o capital intermediado, faz os grandes lucros dos amigos da equipe econômica, à qual já pertenceram. Entre esses, o sr. Fernão Bracher, cujo banco, o BBA-Creditanstalt, associado à conhecida instituição de Viena, registrou o lucro de US\$ 104 milhões

no ano passado, com a rentabilidade embriagadora de 27% sobre o patrimônio líquido de US\$ 479 milhões. Provavelmente nem o negócio das drogas dê tantos lucros. Os economistas italianos calculam que os ganhos líquidos da Máfia muito raramente chegam aos 20% ao ano. Os mafiosos arriscam a vida, e os especuladores nada arriscam.

Quais são os resultados imediatos dessa conduta, que constitui crime contra a nação? O ano começou com o registro de nova contratação do consumo, no Natal! Naqueles dias, como todos se recordam, o governo anunciava, pelos seus porta-vozes nos meios de comunicação, grande recuperação do consumo. Na verdade, houve queda de 12% nas vendas, se comparadas às de dezembro de 1996. Os correntistas correram para retirar o dinheiro da poupança (outro passivo de curto prazo, de R\$ 99,27 bilhões), sacando, só nos primeiros dias de janeiro, R\$ 145 milhões. Cinquenta mil compradores de automóveis — cerca de 50% do total — deixaram de pagar a última prestação do veículo. O número de cheques sem fundo dobrou (de um milhão para dois milhões), em dezembro passado, com relação ao mesmo mês de 1996.

A situação é gravíssima, mas o governo, conforme denunciou a *Folha de S. Paulo*, vai tentar levar o povo mais uma vez na conversa, na busca da reeleição. Depois de haver desmantelado o parque industrial, quer usar dinheiro dos trabalhadores, ou seja, do FAT, manipulado pelo BNDES, para um projeto demagógico: o de financiar, a juros de 12% anuais, dois ou três anos de carência e doze anos de prazo, empresários escolhidos entre os seus amigos, para a montagem de indústrias no país. As medidas de estímulo e proteção à indústria nacional foram sugeridas pela Oposição nos primeiros meses de 1995, quando as reservas reais eram ainda fortes, a dívida interna não chegava a US\$ 63 bilhões, a propriedade sobre a maior parte das nossas instalações produtivas ainda era de brasileiros; a balança comercial positiva; as falências não haviam assolado as empresas urbanas e rurais, o desemprego não havia chegado ao ponto a que chegou e a violência urbana era mais ou menos administrável. Por mais demagógico que seja o projeto, o governo não conseguirá enganar ninguém. Como o presidente Hoover, na tentativa de se reeleger, em 1932, Fernando Henrique dirá que a prosperidade está na esquina, mas o que está na esquina são milhões de crianças sem escolas, e o díptero *aedes aegypti* trazendo o dengue e, para a nossa angústia, prometendo trazer também a encefalite e a febre amarela.